

### 1 **Ata da XVI Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São** 2 **Francisco - Maceió de 12 a 14 de maio de 2010**

3  
4 O Mestre-de-cerimônias deu início a solenidade da abertura da XVI Plenária Ordinária do  
5 Comitê da Bacia do São Francisco no dia 12 de Maio de 2010 no Hotel Maceió Atlantic Suítes,  
6 localizado a Avenida Álvaro Otacílio, 4065 – Praia de Jatiuca – Maceió - AL. Comitê que foi  
7 instituído pelo Decreto Presidencial no dia 05 de junho de 2001, criado para comentar a Gestão  
8 dos Recursos Hídricos de forma descentralizada, contando com a participação do poder  
9 publico, dos usuários e das comunidades tradicionais que têm sustentado a busca pelo  
10 consenso em prol do Velho Chico. Neste momento ao realizar a XVI Plenária Ordinária, esse  
11 colegiado vê coroado o trabalho de anos, discutindo e aprovando um importante instrumento  
12 de gestão. A cobrança pelo uso da água e a instalação da Agência de Água para exercer a  
13 função de Secretaria Executiva do Comitê. Passaremos então a composição da mesa que irá  
14 conduzir essa solenidade. Convidamos inicialmente o Presidente do Comitê da Bacia  
15 Hidrográfica do Rio São Francisco, o Sr. Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado; o  
16 Secretário do Estado de Alagoas do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, e também  
17 Secretário do Comitê da Bacia do São Francisco, o Sr. Alex Gama de Santana, representando  
18 o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas; Teotônio Vilela Filho; o Presidente  
19 da Agência Nacional de águas, Sr. Vicente Andreu Guilo. Representando o Secretario dos  
20 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – SRHU/MMA, o Sr.  
21 Ednaldo Carvalho, os demais integrantes da Diretoria Colegiada: Sr. Geraldo Santos,  
22 representante das Minas Gerais; a Sra. Edith Sousa, da Bahia; e o Sr. Luis Carlos Pontes, de  
23 Sergipe. Também foram registradas as presenças: Sr. Jaime Silva, que representa a  
24 Associação dos Municípios Alagoanos, e ex-Prefeito do município de Jacaré dos Homens; o  
25 ex-Prefeito de Penedo, o Sr. Alexandre Toledo; o Presidente do Instituto do Meio Ambiente do  
26 Estado de Alagoas, Dr. Adriano Augusto; representando a Secretaria de Meio Ambiente do  
27 Estado de Sergipe, João Pedro Lessa; o Secretario Executivo de Fiscalização Ambiental de  
28 Minas Gerais, o Sr. Paulo Teodoro. Sr. Gustavo Souto Maior Presidente do Instituto do Meio  
29 Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal e também Subsecretário do Meio  
30 Ambiente deste mesmo estado, Sr. Rodrigo Flecha, Superintendente Apoio a Gestão de  
31 Recursos HÍDRICOS/ANA, o Sr. Paulo Varela, Diretor da ANA, Sr. Eugênio Spengler,  
32 Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia. Neste momento passou-se a palavra ao  
33 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o Sr. Antonio Thomaz  
34 Gonzaga da Mata Machado que cumprimentou a todos e declarou aberto a XVI Reunião

35 Plenária Ordinária do Comitê do São Francisco. Em seguida passou-se a palavra, ao  
36 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, e também  
37 Secretario do Comitê da Bacia do São Francisco, Alex Gama de Santana nessa solenidade  
38 representando o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho para fazer o uso da palavra. **O**  
39 **Sr. Secretário Alex Gama:** Cumprimentou a todos dizendo que é uma honra muito grande,  
40 pois viu nascer esse processo de concepção do Comitê, ainda no ano de 2001/2002 e Alagoas  
41 por ser uma porção muito pequena da Bacia do São Francisco, cerca de 2%, tem tido uma  
42 atuação muito maior do que a sua representação na área da bacia a começar pela participação  
43 do Sr. Anivaldo Miranda e de Ana Catarina ex-Secretários de Estado. Disse que começou  
44 como técnico da Câmara de Outorga e Cobrança - CTOC e hoje como Secretario de estado e  
45 executivo deste Comitê. Fez agradecimento aos funcionários e técnicos da UAR/Maceió e  
46 SEMARH/AL, agradecimento especial a Jose Maciel Nunes de Oliveira, que a prefeitura de  
47 Penedo gentilmente cedeu, os apoiadores financeiros; a Agência Nacional de Águas – ANA, a  
48 Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, a BRASQUEM, a  
49 Usina Coruripe, a Mineração Vale Verde, e a Gama Engenharia de Recursos Hídricos e  
50 continuou dizendo “Tudo o que foi construído durante estes nove anos de vida do Comitê foi  
51 positivo e apesar das lutas e das divergências estamos construindo uma sociedade melhor na  
52 Bacia do São Francisco, e vivenciando um pouco da polêmica dos anos de 2003 a 2005 e  
53 agora ao final dessa gestão vendo todo o sistema de gerenciamento de recursos hídricos  
54 sendo experimentado no âmbito da Bacia do São Francisco, é um grande orgulho”. Disse ainda  
55 que a democracia precisa amadurecer muito, e a política de recursos hídricos é exemplo desse  
56 avanço, a gestão participativa e a discussão que se dá no âmbito do Comitê de Bacia na  
57 construção de política é uma realidade. Parabenizou toda a diretoria colegiada e todos os que  
58 passaram por todas as diretorias, porque focaram e foram passo a passo avançando. “Pois, se  
59 chegamos hoje com a Agência de bacias e com a cobrança do uso da água definido pelo  
60 Comitê, temos um Pacto das Águas ainda a construir, e esse é o grande desafio. Certamente  
61 amanhã e depois de amanhã teremos calorosas discussões dentro desse Comitê para que  
62 sigamos em direção a implementação da nossa Agência, e principalmente com a cobrança  
63 estabelecida e pactuada dentro deste Comitê, para que possamos a partir deste segundo  
64 semestre e do ano que vem ter pernas próprias para caminhar e seguir o rumo da gestão de  
65 recursos hídricos desta Bacia Hidrográfica”. **O Sr. Ednaldo Carvalho – SRHU/MMA :**  
66 cumprimentou a todos e em especial o presidente do Comitê, Sr. Thomaz, enfatizou que sua  
67 relação com o Comitê é antiga, desde São Roque de Minas. Reconheceu na plenária varias

68 pessoas que estiveram lá naqueles dias frios. Lembrou que na oportunidade levou um  
69 questionário, conversou e fez perguntas do tipo: O que se espera desse Comitê que está  
70 sendo criado em 2003? Qual o sonho que vocês têm para este Comitê? E todas aquelas  
71 pessoas que estavam postados na primeira diretoria, diziam querer vida para o Comitê, e que a  
72 água do rio São Francisco jorrasse naturalmente para todas as finalidades a que ele viesse a  
73 ser destinada. Desde então, tem acompanhado e participado direto ou indiretamente dos  
74 trabalhos do Comitê e tem sentido toda essa energia que naquela época tentou mensurar, em  
75 um trabalho simples de ouvir as pessoas. Disse que até os dias de hoje, aquele desejo e  
76 necessidade ainda persiste no grupo. Falou sobre as recordações, a logística para realização  
77 das plenárias, dos trabalhos e da harmonia entre todos, coisa que não se compra. Colocou que  
78 no círculo de suas amizades e na sua família sempre faz discussões sobre as questões da  
79 água, e nestes momentos todos param, pois todos querem saber o que está acontecendo; se o  
80 sistema de gerenciamento de recursos hídricos está evoluindo. Terminou dizendo que “O que  
81 nós estamos fazendo não é só para nós, mas para a nossa sociedade e para os nossos  
82 descendentes é algo muito importante”, e agradeceu mais uma vez por fazer parte da mesa.

83 **Sr. Vicente Andreu Guilo - Presidente da Agência Nacional de Águas:** Cumprimentou a  
84 todos e ao Secretário Alex em nome do Governador Dr. Vilela, cumprimentou o Sr. Thomaz,  
85 presidente do Comitê e todos os Diretores do Comitê. Cumprimentou em especial, a recente  
86 vovó Ana Catharina e ressaltou todo o apoio e aconselhamento que recebeu da parte dela,  
87 desde que assumiu a secretaria e agora na Agência Nacional de Águas e seguiu dizendo “A  
88 Plenária que se inicia hoje e continua até amanhã é revestida de muito simbolismo ao Comitê e  
89 tem também uma importância por ser das deliberações a última reunião que está sendo  
90 conduzida por esta Diretoria, que na próxima reunião deve tratar da condução e da sucessão  
91 dos novos dirigentes dentro do novo processo eleitoral em curso no Comitê do São Francisco”.  
92 Disse que os desafios do Comitê não são pequenos, destacou os que foram encontrados em  
93 relação ao empenho a prosseguir com a implementação da cobrança da água durante este  
94 mandato o que é muito relevante para o Comitê, pois os recursos serão aplicados para a  
95 própria bacia. Disse ainda que o “Comitê persevera na política de cobrança que é uma questão  
96 bastante relevante e deve ser reconhecida; o coroamento além de diversas outras conquistas,  
97 mas a conquista em particular da cobrança é um feito que sem dúvida nenhuma será  
98 carregado e sempre se lembrando desta Diretoria que encerra o seu mandato brevemente”.  
99 Salientou que há novos desafios que estão sendo postos e destaca em particular a revisão do  
100 Plano Decenal e com ele toda uma possibilidade de investimentos em Planos efetivos

101 executados em torno daquelas questões que foram apontadas pelo Comitê. Falou sobre o  
102 repasse dos recursos para que a Agência de águas do CBHSF seja completamente  
103 implantada; a cobrança podendo ter início no primeiro mês do segundo semestre desse ano, o  
104 que também fará com que recursos sejam aportados pelo Comitê, seja para as questões de  
105 gestão, seja para a questão de investimento, informou sobre o novo relator da PEC e recursos  
106 estimados em seis bilhões de reais ao ano para revitalização do São Francisco, falou sobre as  
107 palavras de Thomaz na plenária de Três Marias, onde enfatizou a necessidade de viabilidade  
108 de um Pacto das Águas na Bacia do São Francisco, envolvendo os diversos Estados que  
109 compõem a bacia, e isso certamente será uma grande contribuição e fortalecimento do sistema  
110 de gerenciamento de recursos hídricos. Encerrou parabenizando a todos e em especial a  
111 diretoria que tem conduzido o Comitê durante este período, que apesar de difícil, tem  
112 conseguido conduzir até aqui uma democracia com bastante participação e discussão, e esse  
113 Comitê marcará passos importantes na agência e na consolidação da Política Nacional de  
114 Águas. **O Sr. Antonio Thomaz Gonzaga da Mata Machado – Presidente do CBHSF:**  
115 Cumprimentou a todos e em particular os conselheiros do Comitê pela presença e pelo esforço  
116 que fizeram para estar nessa plenária. “Esta reunião é importante pelo que todos já falaram e a  
117 partir dela será possível, se o Comitê assim aprovar, realizar um sonho que tivemos há alguns  
118 anos atrás e que ninguém acreditava ser possível; o sonho de se fazer uma Agência Única de  
119 Bacias do São Francisco. Estamos trazendo uma deliberação para o Comitê aprovar essa  
120 Agência única. Por ser uma Agência que tem possibilidade de ter recursos, construir expertise  
121 técnica para poder gerir as águas na bacia do São Francisco e ser também referência de  
122 gestão das águas para o Brasil e para a América do Sul. Este grande sonho poderá ser  
123 definido, dependendo da votação dos conselheiros e conselheiras aqui presentes. A comissão  
124 que foi criada pelo Comitê, fez uma avaliação entre duas entidades e faz aqui a proposta para  
125 que uma das entidades ser a agência única, temos a possibilidade de materializar este sonho.  
126 Este é o grande salto que poderemos dar aqui. Outro é a questão da cobrança. Acredito que  
127 nesta reunião encerramos a cobrança. Uma questão é fácil, os chamados usos insignificantes  
128 sobre os quais temos que deliberar. São estas as duas grandes questões que iremos discutir”.  
129 Continuou dizendo que terá que ser aberta uma discussão sobre o Contrato de Gestão, se  
130 aprovada à Agência, essa irá estabelecer com a Agência Nacional das Águas a transferência  
131 do recurso de cobrança, outra discussão é o plano de cobrança que terá de ser aprovado ainda  
132 nessa gestão. Terminou dizendo “Acredito que estamos fechando um processo importante e  
133 abriremos a discussão para a próxima gestão conduzir, que é a discussão do Pacto das Águas,

134 iniciada durante a Discussão do Plano Gestor, que não conseguimos concluir por não haver  
135 consenso, e sendo a discussão complicadíssima porque existe escassez de água na Bacia do  
136 São Francisco. Mas, por outro lado ela faz emergir esta real escassez de água para se  
137 equilibrar tudo o que é colocado na bacia; hidrelétricas, transposição, etc.". Encerrou a abertura  
138 dessa noite desejando a todos uma ótima plenária e convidou os presentes a participarem do  
139 lançamento do livro "Pescando Cidadania" de autoria do "Seu Toinho".

140 Início dos trabalhos no dia 13/05/2010 - **Dr. Antonio Thomaz da Matta Machado – Presidente**  
141 **do CBHSF** deu início a plenária pedindo para todos ocuparem seus lugares e informou "Temos  
142 que cumprir um ritual do quorum regimental, temos quarenta e três pessoas confirmadas, e já  
143 temos o quorum de segunda convocação, portanto podemos iniciar com os informes sobre os  
144 trabalhos e projetos desenvolvidos na bacia". Deu-se início a apresentação sobre a pesquisa  
145 de vazão ambiental com a **Prof. Yvonilde Medeiros - UFBA** que fez breve relato informando  
146 que as Universidades localizadas na Bacia do São Francisco, responderam ao edital do CT  
147 Hidro para desenvolver pesquisas sobre o tema vazão ecológica tendo o baixo São Francisco  
148 especificamente como caso de estudo. O objetivo dessa pesquisa é chegar ao final dela com  
149 uma metodologia que desse conta da complexidade do tema, da complexidade do estudo,  
150 numa bacia das dimensões do São Francisco, que é um dos grandes rios do mundo, assim o  
151 nome da pesquisa passou a ser vazão ambiental. Informou ainda que um consultor da  
152 UNESCO, especialista no tema vazão ambiental, um biólogo, ajudou na aplicação da  
153 metodologia, que era muito complicada. Foram dois anos de projeto que terminou no dia  
154 31/12/2009. Colocou que não se trata de um trabalho fechado, definitivo, é uma primeira  
155 experimentação e que atinge o objetivo com a metodologia que os pesquisadores acham que é  
156 promissora dentro do São Francisco, mas que tem várias limitações pela complexidade do São  
157 Francisco e por ser um rio já bastante alterado com barragens, irrigação, indústrias, etc., e  
158 algumas delas irreversíveis. Disse que o mais importante no caso de um estudo desses é que  
159 essa metodologia se baseia no estado passado, no estado presente e o que se deseja para  
160 futuro, explicou como houve dificuldade de conseguir resgatar algumas informações, e que se  
161 constatou através desses estudos que uma grande importância na definição da vazão  
162 ambiental é a preservação da sazonalidade, a periodicidade de cheias e de vazantes, precisam  
163 ser obedecidas, precisam ser mantidas no rio, algumas vazões precisam existir, vazões altas,  
164 vazões baixas nos períodos corretos, ou seja, a natureza tem uma expectativa de ocorrência  
165 de determinados tipos de vazões, os peixes são sinalizados a partir de determinadas  
166 características de temperatura, de velocidade, que precisam existir, senão perdem essa

167 sincronicidade entre todos os elementos que formam a cadeia que mantém esse ecossistema.  
168 Terminou entregando a secretaria do CBHSF um CD com os primeiros resultados a serem  
169 enviados aos representantes do GTOSF para que assim possa começar as negociações e  
170 discussões no sentido de ter um ecossistema mais protegido. **Renata Maranhão - Ministério**  
171 **do Meio Ambiente** – Informou que o projeto “Nas Ondas do São Francisco” é desenvolvido  
172 pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, junto com a Secretaria de  
173 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em parceria com o Comitê do São Francisco e tem  
174 como objetivo trabalhar com as pessoas para que se consiga constituir uma rede em torno da  
175 questão socioambiental da bacia, é chamado projeto edu-comunicativo. Reforçou que a  
176 comunicação é um elo importante para unir pessoas e constituir uma rede para implementar os  
177 instrumentos da gestão de recursos hídricos da bacia hidrográfica, o rádio hoje é uma das  
178 ferramentas mais utilizadas nos lugares mais remotos, pois consegue chegar a cada cantinho  
179 da bacia, para que todos participem dos processos locais de desenvolvimento, levando em  
180 consideração suas relações com seus rios e com suas bacias hidrográficas. Explicou como é  
181 desenvolvido o projeto através das oficinas e dos “spots” de rádio que ajudam no  
182 fortalecimento das ações e demandas locais e convidou a todos os presentes a participarem  
183 das próximas oficinas de avaliação que vão ser. **Sr. Antonio Thomaz Gonzaga da Mata**  
184 **Machado – Presidente do CBHSF:** Iniciou a sessão colocando em discussão e votação a ATA  
185 XV Reunião Plenária que foi aprovada sem modificações, Com relação à VII Reunião  
186 Extraordinária, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar sobre a ata, o qual não  
187 houve manifestação e se fez sua aprovação. Em seguida propôs inversão na ordem da pauta:  
188 1º discussão da agência, 2º minuta da sede da agência, 3º o contrato de gestão, 4º cobrança  
189 da transposição e deliberação de uso de pouca expressão no rio São Francisco, 5º minuta de  
190 funcionamento das CCRs, proposta aceita e acatada por todos. Deu início as discussões de  
191 pauta chamando o **Sr. Ednaldo Mesquita – SRHU/MMA e Coordenador da Comissão de**  
192 **Julgamento** – Explicou que o processo de escolha da entidade delegataria começou há um  
193 ano atrás com deliberação nº43 do Comitê e aprovação de um roteiro de seleção que tinha  
194 basicamente dois momentos no processo de escolha da entidade, primeiro a habilitação das  
195 entidades e em seguida a avaliação de mérito. O roteiro permitiu fazer um trabalho muito sério,  
196 muito transparente e teve ainda um segundo momento em setembro de 2009, quando foi  
197 escolhida Comissão de Julgamento para o Processo de Seleção da Entidade Delegataria de  
198 Funções da Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Colocou que houve  
199 um entendimento geral entre os presentes da reunião que seria mais eficiente o envio de

200 convites para entidades previamente selecionadas, assim todo o processo foi participativo de  
201 uma forma dirigida a várias instituições para que pudessem participar desse processo de  
202 seleção. Foram duas as instituições que encaminharam a documentação: a AGB Peixe  
203 Vivo/MG e a Fundação Apolônio Sales – FADURP/PE, as duas instituições poderiam ser  
204 habilitadas naquele momento a não ser por algumas incoerências e detalhes da documentação  
205 encaminhada, assim foram pedidas as instituições que completassem a documentação dentro  
206 de um novo prazo estabelecido. Em seguida foi feito o levantamento de pontuação e a  
207 sabatina. Finalmente à conclusão após a sabatina, que a Fundação Apolônio Sales de  
208 Desenvolvimento Educacional - FADURP obteve uma pontuação menor do que a Associação  
209 Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas, a Peixe Vivo. Concluiu sua fala  
210 agradecendo a todos que participaram do processo e dizendo ter sido extremamente prazeroso  
211 participar desse processo, sentiu-se extremamente gratificado, seguro com aquilo que estava  
212 fazendo, com a metodologia que foi adotada e isso se refletiu na manifestação daqueles que  
213 participaram e agradeceu a todos pelo respeito, pela seriedade e pela transparência em todo o  
214 processo de escolha da entidade Delegataria do Comitê. Aproveitou-se o momento para  
215 esclarecimentos e apresentação da Diretora da entidade Delegatária Sra Célia Froes, em  
216 seguida o presidente do Comitê colocou em votação a indicação da AGB Peixe Vivo, a qual foi  
217 aprovada por unanimidade. **O Sr. Paulo Teodoro – Secretário Executivo de Fiscalização**  
218 **Ambiental de MG:** solicitou o registro em ata da lisura e da perfeição técnica com que a  
219 Comissão de Julgamento para o Processo de Seleção da Entidade Delegataria de Funções da  
220 Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco conduziu todo o processo de  
221 seleção, “foi um processo fantástico e que deve servir como um modelo, um exemplo para  
222 outras comissões especiais que nós teremos pela frente. Parabéns, Ednaldo e aos demais  
223 membros também”. Em seguida **Sr. Thomaz – Presidente do CBHSF** deu início ao 2º ponto  
224 de pauta – Deliberação sobre a sede da entidade delegataria. Iniciou dizendo que a AGB Peixe  
225 Vivo é uma agência que foi construída inicialmente em torno do Comitê do rio das Velhas e que  
226 posteriormente houve a adesão de praticamente todos os afluentes mineiros e da bacia do São  
227 Francisco. Informou que foi feita uma discussão na diretoria sobre a sede da entidade e cabe  
228 ao Comitê essa definição, e a proposta que a DIREC traz é que seja a sede em Belo  
229 Horizonte/MG e com subsedes: uma subsede no estado da Bahia, outra subsede no estado de  
230 Pernambuco e outra subsede no estado de Alagoas. É essa a proposta, um pouco o que  
231 funciona hoje, as câmaras consultivas regionais já têm mais ou menos essa estrutura.  
232 Esclareceu ao plenário que todo o trabalho feito de simulação do custo da Agência previu

233 manter o que CBHSF tem hoje, ou seja, não retroceder. O que o CBHSF tem hoje são as  
234 CCRs em cidades no alto, médio, submédio e baixo, com funcionário, então a idéia é não  
235 retroceder, por isso que a DIREC essa proposta. Abriram-se os debates e esclarecimentos ao  
236 plenário. Em seguida com pequenas alterações feitas no plenário o Presidente Thomaz  
237 colocou a deliberação em votação a qual foi aprovada. **Sr. Breno Lasmar - Coordenador da**  
238 **CTIL e Procurador Geral do IGAM – MG** - Iniciou a apresentando as idéias e os principais  
239 pontos do Contrato de Gestão que merecem destaque sobre a pactuação entre a ANA e a  
240 entidade delegataria, com interveniência do Comitê. O contrato de gestão tem como signatários  
241 a ANA e a entidade AGB Peixe Vivo, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
242 São Francisco. O contrato de gestão tem por objetivo o alcance pela AGB Peixe Vivo das  
243 metas que estão constantes do programa de trabalho, no exercício das funções da Agência de  
244 Águas na Bacia do São Francisco. A **entidade delegatária/AGB Peixe Vivo** ela tem que atuar  
245 como secretaria executiva, disponibilizar informações relativas ao balanço hídrico, cadastro de  
246 usuários, analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com os  
247 recursos da cobrança, acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a  
248 cobrança, celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para execução de suas  
249 competências, elaborar as revisões do Plano de Recursos Hídricos para apreciação pela  
250 plenária do Comitê, aplicar os recursos provenientes da cobrança, transferidos pela ANA, em  
251 atividades e ações previstas no plano de aplicação e na sua proposta orçamentária anual, que  
252 são todos aprovados por essa plenária do Comitê do São Francisco, propor ao Comitê do São  
253 Francisco medidas para o contínuo aperfeiçoamento do gerenciamento de recursos hídricos na  
254 bacia. Com relação à **ANA**, ela tem por obrigação disponibilizar previsões de arrecadação dos  
255 valores da cobrança, tem como obrigação arrecadar os recursos provenientes da cobrança nos  
256 rios de domínio da união da bacia de São Francisco, transferir à AGB Peixe Vivo todos os  
257 recursos efetivamente arrecadados pela cobrança e disponibilizar à AGB todas as informações  
258 relativas à arrecadação e administração financeira dos recursos com a cobrança. Ao **Comitê**  
259 compete manifestar-se previamente à aprovação pelo Ministro de Meio Ambiente sobre os  
260 termos desse contrato de gestão e todos os aditivos que vierem a ser propostos para a  
261 assinatura, constituir o grupo de acompanhamento do Contrato de Gestão, e manifestar-se à  
262 ANA sobre a manutenção desse contrato, em consonância com o disposto nos relatórios  
263 conclusivos apresentados pela comissão de avaliação do contrato de gestão. Para a **Entidade**  
264 **Delegataria** as obrigações principais são executar as medidas propostas e todas as ações que  
265 foram demandadas por esse Comitê, através de sua plenária, fazer a aplicação dos recursos

266 na forma que esta plenária definir no plano de aplicação, e também fazer o bom gerenciamento  
267 da bacia, mantendo atualizado o balanço hídrico, cadastro de usuários, e outras informações  
268 necessárias. A **ANA tem por obrigação** fazer a estimativa anual de arrecadação, fazer a  
269 consignação nos orçamentos próprios da destinação dos recursos da cobrança, fazer  
270 consignar no orçamento anual da ANA a transferência desses recursos para a entidade,  
271 arrecadar os recursos, transferir mensalmente os recursos para a entidade, e a entidade  
272 também terá acesso a toda essa administração financeira que a ANA vai fazer, mantendo um  
273 balanço também do que era previsto e do que está sendo arrecadado para que ela possa,  
274 inclusive, prestar contas aqui para a plenária dos recursos que estão sendo recebidos e  
275 executados. **O Comitê** deve constituir o grupo de acompanhamento desse contrato de gestão,  
276 esse grupo poderá atuar dentro da forma que for deliberada pelo plenário, fazendo a análise da  
277 execução física de todas as metas, programas e ações previstas no plano que está sendo  
278 proposto e também da execução financeira para poder acompanhar. Os recursos  
279 orçamentários e financeiros, a ANA - Agência Nacional transferirá à AGB Peixe Vivo todas as  
280 receitas provenientes da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos, que serão estimados  
281 anualmente. A **Rescisão** – esse contrato ele pode ser rescindido a qualquer tempo, nas  
282 seguintes situações: se for constatado descumprimento do contrato pela entidade Delegatária,  
283 na hipótese de não atendimento às recomendações decorrentes das avaliações feitas pelas  
284 comissões de avaliação, se houver alteração do estatuto da entidade que implique em  
285 modificação das condições de qualificação para execução do objeto contratado, e se o  
286 Conselho Nacional de Recursos Hídricos revogarem a delegação de competências das  
287 funções. Essa rescisão ela pode ocorrer por requerimento da plenária do Comitê do São  
288 Francisco e pode também ocorrer por requerimento da Agência Nacional de Águas, nos casos  
289 que estão previstos. Como obrigação da entidade delegatária consta à manutenção do sistema  
290 de informação de recursos hídricos, então ela possui uma série de informações que são  
291 correlacionadas em que a disponibilização dessas informações ela ocorrerá dentro dos meios  
292 que se possui hoje, sejam sistemas informacionais, seja através de consultas que podem ser  
293 disponibilizadas também diretamente pela ANA, que também detém essas informações, o  
294 Comitê deverá fazer uma deliberação criando um grupo ou comissão de acompanhamento ao  
295 contrato de gestão. Em seguida abriu-se para debates no plenário e após o debate o  
296 presidente Thomaz colocou em votação a aprovação do Contrato de Gestão, o qual foi  
297 aprovado pelo plenário. Pausa para almoço. **Sr. Alex Lima – Secretário do CBHSF** deu início  
298 aos trabalhos no período da tarde pedindo a todos que se acomodassem e colocando em

299 discussão os dois pontos de pauta na parte da tarde: 1- Deliberação sobre os parâmetros para  
300 uso de pouca expressão no Rio São Francisco e 2- Deliberação 45, que trata da cobrança de  
301 usos externos das águas do rio São Francisco, chamou para composição da mesa o Sr.  
302 Geraldo Santos coordenador do baixo e Edite Lopes coordenadora do médio São Francisco e  
303 deu início aos trabalhos começando com a deliberação número 45, sobre os parâmetros de uso  
304 de pouca expressão no rio São Francisco. **O Sr. Thomaz – Presidente do CBHSF** fez as  
305 considerações: são duas deliberações que originaram da deliberação número 45, que  
306 aprovamos na última plenária em Três Marias, se refere à cobrança pelo uso externo, na  
307 ocasião lembramos que a nossa deliberação sobre usos pouco expressivos estava insuficiente,  
308 assim foram feitos alguns ajustes e se transformou na deliberação de cobrança de usos de  
309 pouca expressão, foi encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e eles nos  
310 devolveram pedindo uma série de esclarecimentos. Então resolvemos fazer duas deliberações,  
311 uma em relação aos usos externos e uma outra que é uma emenda à deliberação número 5,  
312 que se refere aos usos de pouca expressão. A de uso de pouca expressão, é a mais simples,  
313 quero lembrar ao plenário que nós já decidimos isso, na outra plenária, essa transformação da  
314 deliberação, é mais uma questão de forma para ficar melhor, ela altera o artigo segundo da  
315 deliberação número cinco de 2003, que dispõe sobre parâmetros para usos de pouca  
316 expressão no rio São Francisco. Essa seria a ementa dessa deliberação. Para concluir, temos  
317 que ter uma deliberação para os rios de domínio da União. A lei nos obriga a ter uma  
318 deliberação sobre essa questão para poder cobrar, e ir ao Conselho Nacional de Recursos  
319 Hídricos. Então temos que decidir a deliberação número cinco se refere só ao rio São  
320 Francisco e temos que ter uma deliberação sobre os rios de domínio da União. A minha  
321 proposta, coloca uma emenda, que acrescenta um artigo terceiro na deliberação  
322 recomendando que a agência num prazo de dois anos faça estudos sobre essa questão. Abriu  
323 a discussão ao plenário e após discussões e alguns ajustes foi feita a votação dessa  
324 deliberação a qual foi aprovada. O **Secretario Alex Gama** retomou a palavra para dar início ao  
325 último tema de pauta do dia, a deliberação 45, análise e deliberação a partir do parecer da  
326 CTCOB do CNRH, sobre a cobrança dos usos externos das águas do rio São Francisco.  
327 Novamente pediu ao **Presidente Thomaz** fizesse a apresentação para iniciar as discussões –  
328 iniciou dizendo que o plenário aprovou em Três Marias uma deliberação que foi chamada de  
329 número 45, que estabelecia basicamente o seguinte: para o eixo leste da transposição, nós  
330 considerávamos que era para abastecimento humano e portanto cabia um K redutor de 0,5, de  
331 forma que a água para estabelecimento humano nas bacias receptoras ficasse do preço da

332 água para abastecimento humano das bacias doadoras e estabelecemos que o eixo norte o K  
333 não se aplicava, ou seja, considerando que não era abastecimento humano o eixo norte. É  
334 basicamente isso que a deliberação nº45 diz. Essa deliberação foi enviada junto com a  
335 deliberação 40 ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e foi feita uma discussão que a  
336 diretoria participou na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Conselho Nacional de  
337 Recursos Hídricos. Para essa discussão da Câmara Técnica do Conselho Nacional de  
338 Recursos Hídricos, a Agência Nacional das Águas fez um estudo técnico e produziu uma nota  
339 técnica sobre a deliberação 40 e sobre a deliberação 45. O resultado inicial então foi dado na  
340 Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, que aprovou então a deliberação 40, e devolveu a  
341 deliberação 45 para o Comitê esclarecer. Então a idéia que a DIREC teve é devolver ao  
342 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e modificar totalmente a deliberação, reconhecendo a  
343 nota técnica da ANA. Isso significa que a nossa proposta pode passar e deliberamos o  
344 seguinte: “ficam definidos os mecanismos de testes complementares para cobrança do uso de  
345 água, Projeto da Integração da bacia do São Francisco com as bacias hidrográficas do  
346 nordeste setentrional”. É essa a idéia básica elaborada em função da nota técnica e em função  
347 da deliberação da CTOC, e que eu coloco em discussão nesse plenário. Após algumas horas  
348 de discussões foram apresentadas duas propostas: a inicial apresentada pela DIREC e a  
349 proposta dois de sediar essa discussão para a próxima direção do comitê. A aprovada foi a  
350 proposta um da DIREC e fez-se uma pausa para o almoço. **Sr. Thomaz – Presidente do**  
351 **CBHSF** dá início a sessão no período da tarde fazendo um esclarecimento ao plenário:  
352 “fizemos uma convocação para uma reunião extraordinária, porque a CTAI havia sugerido  
353 modificações no regimento, principalmente em relação ao mandato da Diretoria. Existe certo  
354 consenso hoje nos comitês nacionais e estaduais de um mandato mais estendido dado à  
355 dificuldade que é reunir. Convocamos a reunião extraordinária principalmente por causa dessa  
356 modificação no mandato do comitê que passaria de 3 para 4 anos. Só que não é possível fazer  
357 essa reunião extraordinária porque o regimento é explícito de que mudança de regimento tem  
358 de ser numa reunião extraordinária votado por dois terços dos membros, teríamos de ter 42  
359 pessoas e o máximo que chegamos foi a 38 pessoas. Não temos *quorum* e não poderemos  
360 fazer a extraordinária. A Diretoria vai avaliar e comunicar ao plenário para uma próxima  
361 reunião. Antes de entrar especificamente na pauta do dia chamou o **Sr. Mozart Bandeira, da**  
362 **CHESF** para uma pequena apresentação: iniciou informando que haviam distribuídos no  
363 plenário no dia anterior um *folder* mostrando o que o setor elétrico e o que a CHESF pagam  
364 pelo uso da água que são alguns milhões de reais. Fez uma recomendação para que o Comitê

365 paute esse tema para que ele seja pelo menos informado da destinação desses recursos e  
366 falou sobre o trabalho que a CHESF esta desenvolvendo na região do médio São Francisco,  
367 um georeferenciamento do Rio São Francisco buscando delimitar o seu leito, buscando  
368 informar à sociedade até onde vai o leito, com um processo de georeferenciamento e precisão,  
369 adquirindo inclusive imagens com a resolução bastante forte. A CHESF esta em negociação  
370 com a ANA para desenvolver o mesmo trabalho no baixo São Francisco. Agradeceu a todos e  
371 apresentou um filme de 8 minutos sobre o trabalho referido. Em seguida o **Sr. Thomaz –**  
372 **Presidente do Comitê**, chamou o Sr. Roberto Lobo para apresentar a deliberação proposta  
373 pela Câmara Técnica de Articulação Institucional - CTAI sobre o funcionamento das câmaras  
374 consultivas regionais – CCR, pois as mesmas não possuem um documento que defina as suas  
375 atribuições, elas possuem composição no Regimento Interno, mas as atribuições dessas  
376 câmaras consultivas não estão bem definidas como deliberação, essa minuta que é  
377 apresentada define claramente quais as atribuições e o que compete às câmaras consultivas  
378 dentro do trabalho do comitê. É importante essa colocação porque com a própria criação da  
379 agência, essa interlocução da agência e das possíveis e futuras sedes com as Câmaras  
380 Consultivas Regionais – CCRs será uma articulação direta. Após explanação abriu-se  
381 imediatamente o debate ao plenário que fez vários questionamentos e propostas ao texto e em  
382 seguida o senhor presidente colocou em votação a deliberação da CTAI sobre o funcionamento  
383 das CCRs a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Sr. Roberto Lobo coordenador  
384 da Comissão Eleitoral apresentou informes sobre o processo eleitoral em pratica, fez breve  
385 relato sobre o numero de inscritos nas eleições anteriores e na atual, falou sobre as comissões  
386 estaduais, sobre o calendário das plenárias setoriais, indígenas e comunidades tradicionais e  
387 reuniões da Comissão Eleitoral que estão acontecendo. Após esses informes o Presidente  
388 Thomaz abriu discussão sobre o ultimo ponto de pauta que é a próxima plenária do Comitê. **Sr.**  
389 **Geraldo Santos – Coordenador da CCR do alto São Francisco** colocou que a cerca de um  
390 mês foi procurado pelos membros do Comitê para que o Estado de Minas Gerais fizesse uma  
391 proposta para sediar a próxima plenária, assim foi feita a proposta de reunião plenária na  
392 nascente do rio São Francisco em São Roque de Minas. Algumas discussões e manifestações  
393 de apoio foram feitas e abriu-se a votação, o plenário aprovou o local da próxima reunião em  
394 São Roque de Minas e a seguinte em Pernambuco. O Sr. Thomaz presidente do Comitê abriu  
395 para o plenário fazer as considerações finais. **Sra Yvonilde Medeiros - UFBA** colocou que  
396 com a criação da Agencia o plenário e a DIREC deveriam fazer algumas discussões sobre o  
397 corpo administrativo que apóia o Comitê há muito tempo e disse: “Não sei como vai se dar o

398 processo de contratação. Não sei se é seleção, concurso. Como vai ficar a situação das  
399 pessoas que estão aqui? Como estamos, enquanto comitê, pensando sobre isso? Eu gostaria  
400 que a diretoria falasse alguma coisa”. **O Sr. Thomaz Presidente do Comitê** – disse que ainda  
401 não houve discussão para ser considerada as experiências das pessoas que têm apoiado e  
402 colaborado com o comitê até nesse momento de montagem de agência e subsedes, mas que  
403 as colocações de Yvonilde devem ser consideradas. (a íntegra de todas as explicações,  
404 debates e discussões feitas na XVI Plenária podem ser obtidos através da degravação  
405 taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF). O Presidente da mesa **Sr. Alex Gama –**  
406 **Secretário do Comitê:** Perguntou ao plenário se havia mais alguma questão a ser tratada,  
407 como não houve manifestações, agradeceu a todos e chamou o **Presidente do CBHSF Sr.**  
408 **Thomaz da Mata Machado** que chamou a mesa toda Diretoria para fazer encerramento da  
409 reunião, agradeceu a todos e fez o encerramento da XVII Plenária.

410

411

412

413 . Thomaz da Mata Machado

Alex Gama de Santana

414 Presidente

Secretário